

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.105

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Maria Angelica Santos¹

RESUMO

A formação de professores é fundamental para promover a diversidade e inclusão em sala de aula. Esse artigo discute a importância da formação de professores para lidar com inclusão e apresenta estratégias eficazes que os professores podem utilizar para promover um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo. O artigo tem como objetivo geral analisar a importância da formação de professores para promover a diversidade e inclusão em sala de aula. Os objetivos específicos são: Analisar como a formação de professores pode impactar a promoção da diversidade e inclusão em sala de aula; identificar estratégias eficazes para promover a diversidade e inclusão; discutir os desafios enfrentados pelos professores; apresentar práticas pedagógicas inclusivas. Como preparar os professores para promover a inclusão em sala de aula? A metodologia aplicada é uma revisão de literatura sobre a formação de professores para a diversidade e inclusão baseado na “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire e na obra de António Nóvoa “Formação de Professores e Profissão Docente”. Este artigo identificou que políticas e práticas de formação de professores são fundamentais para preparar os docentes e promover um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo, com a utilização de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e promovem a

1 Mestranda do Curso de Ciências da Educação da UAA Universidade Autônoma de Assunção - Paraguai, angelicatoni@hotmail.com

inclusão de todos os alunos. Palavras-chave: Formação, Práticas pedagógicas, inclusão.

Palavras-chave: Formação docente. Educação inclusiva. Diversidade escolar.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea enfrenta o grande desafio de garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem, independentemente de suas diferenças sociais, culturais, cognitivas ou físicas. Nesse cenário, a formação de professores assume papel central, uma vez que são esses profissionais os responsáveis por planejar, desenvolver e implementar práticas pedagógicas que considerem a diversidade e promovam a inclusão no espaço escolar. Assim, compreender os processos formativos que envolvem o trabalho docente torna-se fundamental para assegurar uma educação democrática, equitativa e de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) garantem o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Entretanto, a efetivação desse princípio ainda depende de uma formação docente que seja capaz de articular teoria e prática, comprometida com a diversidade e com o desenvolvimento de competências pedagógicas e sociais voltadas à inclusão. Em um contexto educacional cada vez mais heterogêneo, a capacitação de professores para lidar com essa pluralidade torna-se uma necessidade urgente e indispensável.

Autores como Paulo Freire (1996) e António Nóvoa (1995) são referências essenciais para compreender a importância da formação docente nesse processo. Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, destaca a docência como um ato de liberdade, diálogo e respeito à diversidade, enquanto Nóvoa defende a formação de professores como um processo contínuo, construído na prática e nas experiências coletivas da escola. Ambos convergem na ideia de que a formação docente deve ultrapassar os limites da formação inicial e se consolidar como um movimento permanente de reflexão crítica e de reconstrução de saberes.

Contudo, pesquisas apontam que muitos futuros docentes ainda não se sentem preparados para atuar em contextos inclusivos. Raiol, Negri e Orlando (2022) destacam a carência de políticas efetivas de formação

continuada voltadas à inclusão, mesmo diante das exigências legais presentes nas licenciaturas. Isso evidencia a necessidade de investimento e valorização da formação docente em todas as regiões do país, como caminho para a consolidação de práticas pedagógicas realmente inclusivas e transformadoras.

Segundo Ainscow (2009, p. 20), “uma escola inclusiva é aquela que está evoluindo, e não aquela que já atingiu um estado perfeito”. Essa reflexão reforça que a inclusão não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de transformação institucional e pedagógica. Assim, é urgente que as escolas repensem suas práticas, rompendo com modelos excludentes e abrindo-se ao diálogo, à inovação e à reconstrução de suas concepções de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, compreender a inclusão significa olhar para a organização escolar e suas relações – e não apenas para as dificuldades dos alunos, deslocando o foco da deficiência para as condições de ensino e para o papel social do professor.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância da formação de professores na promoção da diversidade e da inclusão em sala de aula. Os objetivos específicos são: (1) analisar como a formação docente impacta a promoção da diversidade e inclusão no contexto escolar; (2) identificar estratégias eficazes para práticas pedagógicas inclusivas; (3) discutir os desafios enfrentados pelos professores; e (4) apresentar práticas que favoreçam a inclusão e o reconhecimento da diversidade como valor educativo.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de caráter qualitativo, fundamentada principalmente nas obras de Paulo Freire e António Nóvoa, além de outros autores contemporâneos que discutem formação docente e inclusão. O estudo reuniu e analisou publicações acadêmicas, documentos legais e políticas educacionais com o intuito de compreender como as práticas e políticas de formação de professores podem fortalecer o trabalho pedagógico inclusivo.

Os resultados obtidos apontam que a formação docente é um elemento estruturante da inclusão escolar, pois capacita os professores a

reconhecerem e valorizarem as diferenças, aplicando estratégias pedagógicas que favorecem o desenvolvimento integral de todos os alunos. Ainda que persistam desafios – como lacunas na formação inicial, escassez de recursos e resistências institucionais –, as evidências indicam que investir na formação continuada é o caminho mais consistente para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Por fim, esta pesquisa conclui que a formação de professores, compreendida como um processo permanente, crítico e ético, constitui a base para a construção de uma escola democrática, acolhedora e comprometida com a equidade. Dessa forma, a docência se reafirma não apenas como profissão, mas como ato político e social, essencial para consolidar o direito à aprendizagem e a valorização da diversidade como força transformadora na educação contemporânea.

METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como uma revisão de literatura de caráter qualitativo, cujo objetivo é analisar a importância da formação de professores para promover a diversidade e a inclusão no contexto escolar. A escolha pela revisão de literatura justifica-se pela necessidade de reunir, interpretar e discutir as contribuições de diferentes autores sobre o tema, especialmente no que diz respeito às concepções de Paulo Freire e António Nóvoa, que fundamentam a discussão apresentada.

Segundo Gil (2008), a revisão de literatura constitui um procedimento metodológico que possibilita identificar, examinar e discutir produções acadêmicas relevantes acerca de um objeto de estudo. Assim, a metodologia adotada neste trabalho baseia-se na análise crítica de obras, artigos científicos e documentos normativos relacionados à formação docente e às práticas inclusivas.

A obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996), foi utilizada como referência central, por apresentar reflexões sobre a prática educativa e a necessidade de uma pedagogia voltada para a emancipação, o

diálogo e o respeito à diversidade. De modo complementar, a obra Formação de Professores e Profissão Docente, de António Nóvoa (1995), serviu de base para compreender a formação docente como processo contínuo e coletivo, essencial para a constituição da identidade profissional do professor e para o enfrentamento dos desafios da inclusão.

Além dessas referências centrais, a pesquisa abrangeu a análise de artigos acadêmicos disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais, bem como documentos oficiais da legislação educacional brasileira. O critério de seleção considerou publicações que abordassem a formação de professores, diversidade e inclusão, especialmente aquelas que contribuem para a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas no cenário atual.

Portanto, a metodologia adotada permitiu sistematizar conhecimentos teóricos já produzidos, possibilitando uma análise crítica sobre as práticas e políticas de formação de professores voltadas à promoção da diversidade e da inclusão.

“A aprendizagem é todo procedimento que leve o aprendiz a uma mudança constante em capacidades e que não seja meramente um processo de maturidade biológica”. (ILLERIS, 2007, apud PONTES, 2021, p.79).

Segundo o Plano Nacional de Educação, é preciso definir novas diretrizes curriculares para os cursos de formação, para resolver os dilemas com a integração teoria-prática e dos conteúdos pedagógicos com os das áreas curriculares específicas.

Destaca-se também a importância do sistema de formação de profissionais da educação, principalmente nas instituições de ensino superior, dentre elas, as públicas. Conforme o PNE(2001), as universidades devem ampliar e diversificar sua oferta de cursos, contemplando diferentes modalidades e níveis, como cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, que sejam voltados para o profissional que está nas escolas e para os que atuam administrando os sistemas de

ensino e ainda para os que pesquisam propostas de novos caminhos para a educação brasileira.

De acordo com o art.2º da LDB:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Sendo assim, é direito do profissional obter valorização e formação adequada no magistério, conforme previsto na Constituição Federal (art. 206, V) e na LDB (art. 3º, VII), sendo essa uma condição essencial de cidadania profissional. Por conseguinte, assegurá-la constitui dever do Poder Público.

Campelo destaca que, para atender à diversidade presente nas escolas brasileiras identificada nos diferentes níveis de linguagem oral e escrita, na convivência entre crianças de distintas regiões e condições socioculturais e econômicas, bem como na inclusão de alunos com e sem deficiência em uma mesma turma, é necessário desenvolver no futuro professor capacidades críticas e reflexivas que o permitam interagir com o conhecimento, produzir novos saberes e reconstruir sua identidade profissional com base em princípios éticos, investigativos, críticos e reflexivos.

De acordo com Tardif 2002, p.575;

Devemos afastar a ideia: a ilusão do trabalho autônomo do professor realizado na sala de aula: longe das ideias românticas de uma profissão em que a autonomia professoral marcou várias gerações, explicando o sentimento de “vocação” para essa atividade, o trabalho dos professores é cada vez mais codificado, racionalizado pelas diretivas ministeriais, prescrevendo em detalhe o programa a ser desenvolvido e a progressão a ser levada em conta. (TARDIF 2002, p.575).

Para que o ensino de qualidade se estabeleça nas escolas brasileiras, é necessário adotar novos posicionamentos, com esforços voltados à atualização e à reestruturação das condições atuais, a fim de moderni-

zar o ensino e aperfeiçoar os professores, atendendo às necessidades e à diversidade dos alunos.

A neurociência é o campo de estudo que busca compreender como o sistema nervoso é constituído e como ele se comporta. Transformar o ensino em conhecimento prático é um dos principais objetivos da prática pedagógica. A neurociência aplicada à educação propõe-se a descobrir formas eficazes de facilitar o processo de ensino, oferecendo melhores oportunidades de aprendizagem (Grossi & Borja, 2016).

De acordo com Malaguti, Silva e Bezerra (2025), o avanço das novas tecnologias na era digital, analisado por Pereira, Freires, Silva, Nunes e Goulart (2024), evidencia que a inovação pedagógica também deve envolver uma reflexão crítica sobre seus impactos sociais e éticos. Autores como Freires, Silva, Sales, Lima, Santos, Santiago, Silva, Martins, Vale, Damasceno e Soares (2024) destacam a importância de compreender as implicações históricas, sociais e culturais das transformações advindas das novas tecnologias (Freires, Costa & Araújo Junior, 2023). Assim, entende-se que as tecnologias não são apenas ferramentas, mas catalisadoras de mudanças estruturais e epistemológicas no ensino, redefinindo o papel da escola e dos educadores diante de um cenário global em constante transformação.

A neurociência, portanto, tem como objetivo principal facilitar a aprendizagem dos alunos de maneira eficaz e eficiente, promovendo uma educação mais integrada, consciente e adaptada às necessidades cognitivas e emocionais de cada estudante.

Nesse contexto Cardoso e Queiroz (2019) concluem:

Recomenda-se que o professor conheça a estrutura e o funcionamento do cérebro para adequar suas metodologias de ensino e, conseqüentemente, alcançar uma educação mais efetiva. Destaca-se, ainda, a importância da inserção dos conhecimentos neurocientíficos nas grades curriculares da formação docente, com o objetivo de otimizar o processo de aprendizagem (Cardoso & Queiroz, 2019, p. 32).

Incluir esses conhecimentos na formação dos professores pode melhorar consideravelmente a qualidade de ensino e a eficácia do aprendizado (Cardoso & Queiroz, 2019).

Tabela - Autores da Revisão Bibliográfica

Autor/obra	Ano	Contribuição principal
Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia	1996	Prática educativa dialógica, crítica e ética
Antônio Nóvoa - Os Professores e sua Formação	1995	Formação contínua e reflexiva do professor
Mantoan - Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?	2003	Práticas inclusivas e desafios da escola brasileira
Libâneo - Formação de Professores e didática para o desenvolvimento	2012	Didática como elemento central da prática docente
Borges - Formação docente e práticas inclusivas na educação básica	2021	Práticas recentes de inclusão na educação básica
Oliveira & Ferreira - Estratégias pedagógicas inclusivas	2020	Propostas de práticas pedagógicas para diversidade em sala de aula
Silva - Inclusão escolar e formação docente: desafios contemporâneos	2019	Desafios atuais da formação para inclusão
Tardif - Saberes docentes e formação profissional	2002	Formação profissional
Campelo - Desenvolvimento docente e inclusão social	2023	Formação docente no Brasil
LDB - Lei de Diretrizes e Bases	1988	Legislação
PNE - Plano Nacional de Educação	2001	Bases e diretrizes da educação
Grossi, M. G. R., & Borja, S. D. B.	2016	A neurociência e a educação e distância
PEREIRA, Romário Nunes et al.	2024	Transformações nas metodologias ativas na era digital
Freires, K. C. P.; Costa, C. B. S.; Araújo Júnior	2023	Implicações histórico- sociais
Cardoso, M. A., & Queiroz, S. L	2019	As contribuições da neurociência para a educação e a formação de professores
DA ROCHA MALAGUTI, Paula Fernanda et al	2025	Educação e neurociência

Fonte: Autora, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura evidenciou que a formação de professores desempenha papel estratégico na promoção da inclusão escolar. A perspectiva de Freire (1996) destaca a prática docente como ato ético e político, baseado no diálogo e na valorização da diversidade.

Nóvoa (1995) reforça que a formação se constrói no cotidiano da profissão, em um processo contínuo de reflexão.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a formação de professores desempenha papel decisivo na consolidação de práticas pedagógicas inclusivas e na construção de uma escola mais justa e democrática. Observou-se que muitos docentes ainda enfrentam dificuldades para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente quando se trata de alunos com deficiências ou com diferentes ritmos de aprendizagem. Essa lacuna reflete a necessidade de políticas formativas mais consistentes e de programas que articulem teoria e prática no cotidiano escolar. Segundo Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a construção do saber, o que exige do educador uma postura ética, reflexiva e comprometida com o outro.

A análise dos dados aponta que, embora existam avanços significativos nas discussões sobre educação inclusiva, a formação inicial dos professores ainda é insuficiente para atender às demandas da diversidade. Muitos cursos de licenciatura abordam superficialmente os temas ligados à inclusão, deixando o profissional pouco preparado para atuar em contextos reais e complexos. Como defende Nóvoa (1995), a formação docente deve ser entendida como um processo contínuo, que se constrói na prática e se alimenta da troca de experiências entre pares. Essa perspectiva reforça a importância de se investir não apenas na formação inicial, mas também na formação continuada, capaz de acompanhar as mudanças e os desafios da educação contemporânea.

Os resultados também revelam que o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas um dos caminhos mais eficazes para promover a inclu-

são. Metodologias ativas, recursos tecnológicos, avaliações formativas e o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores e alunos são elementos que favorecem o aprendizado e a participação de todos. Leite, Braz e Pinto (2024) destacam que o uso do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e das tecnologias assistivas é fundamental para ampliar as possibilidades de ensino e eliminar barreiras que limitam o acesso ao conhecimento. Essa prática transforma a sala de aula em um espaço de pertencimento, onde a diferença é vista como potência e não como obstáculo.

Outro ponto relevante identificado é o papel das políticas públicas na efetivação da inclusão. A legislação brasileira, representada pela Constituição Federal de 1988, pela LDB nº 9.394/1996 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece diretrizes para o atendimento à diversidade. No entanto, a aplicação dessas normas ainda enfrenta desafios práticos, como a falta de investimento, a escassez de recursos e a carência de formação adequada. Para Mantoan (2015), a inclusão escolar só é possível quando a escola se reorganiza pedagogicamente e reconhece a diversidade como parte essencial do processo educativo. Essa reorganização demanda compromisso político e institucional, capaz de transformar as estruturas excludentes e ampliar o acesso à aprendizagem de todos os estudantes.

A discussão dos resultados demonstra, ainda, que as mudanças necessárias vão além das metodologias. É preciso promover uma mudança de mentalidade na comunidade escolar, incentivando o diálogo, a escuta e o respeito mútuo. A formação docente para a diversidade deve estimular o professor a compreender que ensinar é um ato social e afetivo, que envolve conhecer o aluno em sua totalidade e proporcionar condições reais para o desenvolvimento de suas potencialidades. De acordo com Tar dif (2002), os saberes docentes são construídos no exercício da profissão e se alimentam das interações com os outros, o que reforça a importância da coletividade e da experiência compartilhada na construção de práticas inclusivas.

Os resultados analisados também indicam que as escolas que investem em formação continuada e em práticas colaborativas tendem a apresentar maior envolvimento dos professores e melhor desempenho dos alunos. A presença de um corpo docente preparado contribui para o fortalecimento de um ambiente acolhedor, onde cada estudante é reconhecido em sua singularidade. Essa realidade confirma que a inclusão não é apenas uma política, mas uma atitude, uma postura ética diante da vida e das relações humanas.

Entre as estratégias pedagógicas identificadas, destacam-se metodologias ativas, práticas diferenciadas que respeitem ritmos individuais e políticas institucionais de apoio ao corpo docente.

Artigos recentes apontam que formação contínua, capacitação em tecnologias educacionais e valorização da diversidade cultural fortalecem práticas inclusivas (BORGES, 2021; OLIVEIRA & FERREIRA, 2020; SILVA, 2019).

Desafios persistem, incluindo falta de preparo inicial, escassez de recursos e resistência a mudanças metodológicas. Investir em formação inicial e continuada, com políticas públicas consistentes, é fundamental para consolidar uma escola inclusiva.

A promoção da diversidade e inclusão em sala de aula exige que os professores estejam preparados para atender às necessidades individuais dos alunos, respeitando suas diferenças e potencialidades. Nesse sentido, a formação docente desempenha papel crucial, fornecendo conhecimentos teóricos e práticos para a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas.

De acordo com Freire (1996), a prática educativa deve ser dialógica, permitindo que o professor escute, compreenda e valorize a experiência de cada aluno. Isso implica a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo, no qual o respeito à diversidade se traduz em oportunidades iguais de participação e desenvolvimento. Além disso, Nóvoa (1995) destaca que a formação de professores deve ser contínua e orientada para a reflexão crítica, de modo que o docente possa adaptar suas práticas

pedagógicas às necessidades do contexto escolar e às particularidades dos estudantes.

Entre as estratégias pedagógicas inclusivas, destacam-se:

- Planejamento diferenciado: elaboração de atividades que contemplem diferentes estilos de aprendizagem e níveis de habilidade;
- Uso de recursos diversificados: materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e recursos multimídia que promovam a participação de todos os alunos;
- Avaliação formativa e contínua: acompanhamento individualizado do progresso dos estudantes, valorizando o esforço e o desenvolvimento de competências;
- Trabalho colaborativo: atividades em grupo que estimulem a cooperação, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento;
- Ambiente acolhedor e seguro: estabelecimento de relações de respeito, empatia e reconhecimento das diferenças, promovendo a inclusão social e acadêmica.

A implementação de estratégias pedagógicas inclusivas representa um dos maiores avanços na consolidação de uma educação democrática e equitativa. Para que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, é necessário que o professor reconheça as diferenças como parte constitutiva do ambiente escolar e planeje suas ações de modo a contemplar as múltiplas formas de aprender. A inclusão, nesse sentido, não se limita à presença física do estudante na sala de aula, mas implica participação, pertencimento e desenvolvimento de suas potencialidades em um contexto acolhedor e colaborativo (LEITE; BRAZ; PINTO, 2024).

O planejamento diferenciado surge como o primeiro passo para a efetivação dessas práticas. Trata-se de uma abordagem que valoriza a diversidade de ritmos, estilos e níveis de aprendizagem, permitindo ao professor adaptar os conteúdos e metodologias de acordo com as neces-

sidades específicas de cada estudante. Segundo Pinheiro e Oppelt (2024), o planejamento pedagógico inclusivo deve romper com a padronização e abrir espaço para estratégias flexíveis, que respeitem as singularidades cognitivas, sociais e emocionais dos alunos. Essa personalização favorece o protagonismo do estudante e possibilita a construção de uma aprendizagem mais significativa e participativa, pautada na valorização da autonomia e no reconhecimento das diferenças como fonte de enriquecimento coletivo.

Complementando esse aspecto, o uso de recursos diversificados é fundamental para ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento. Materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e recursos multimídia tornam-se aliados do professor no processo de inclusão, ao promover diferentes formas de comunicação e expressão. Conforme defendem Leite, Braz e Pinto (2024), o uso de tecnologias assistivas, associado ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), garante que todos os estudantes possam interagir com o conteúdo de maneira equitativa, eliminando barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas. As tecnologias, quando aplicadas de modo consciente, não apenas auxiliam na aprendizagem dos alunos com deficiência, mas também enriquecem o ambiente pedagógico, tornando-o mais dinâmico e acessível a todos.

A avaliação formativa e contínua é outra estratégia essencial no contexto da inclusão. Diferentemente das avaliações tradicionais, centradas na verificação de resultados, a avaliação inclusiva preocupa-se em acompanhar o desenvolvimento individual de cada aluno, reconhecendo seus avanços, desafios e trajetórias de aprendizagem. Para Da Silva (2023), avaliar de forma inclusiva é compreender o aluno em sua totalidade, valorizando o esforço e o processo de aprendizagem tanto quanto o produto final. Essa abordagem permite ao docente ajustar suas intervenções pedagógicas, oferecendo o apoio necessário para que cada estudante alcance seu potencial máximo. Além disso, contribui para a construção de uma cultura escolar mais humana e solidária, que reconhece o erro como parte natural do processo de aprender.

A colaboração entre pares e o trabalho em grupo representam também pilares fundamentais das práticas inclusivas. Quando os alunos são incentivados a cooperar entre si, compartilhar experiências e resolver desafios coletivamente, desenvolvem não apenas competências cognitivas, mas também socioemocionais, como empatia, respeito e cooperação. Santos, Viana e Moura (2024) defendem que as metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a resolução de problemas, potencializam o aprendizado colaborativo e estimulam o engajamento de todos os estudantes, inclusive daqueles com necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, o professor atua como mediador e facilitador das interações, promovendo o diálogo e a escuta sensível entre os participantes.

Criar um ambiente acolhedor e seguro é outro componente indispensável para o êxito das estratégias pedagógicas inclusivas. Um espaço escolar que valoriza o respeito, a empatia e o reconhecimento das diferenças torna-se fértil para a construção de vínculos positivos e para o desenvolvimento integral do estudante. Ribeiro (2025) destaca que a criação de um clima emocional positivo em sala de aula é determinante para que os alunos se sintam pertencentes e confiantes, o que impacta diretamente na motivação e no desempenho escolar. Mais do que um espaço físico, a escola inclusiva deve ser um ambiente simbólico de afeto e aceitação, onde cada aluno é reconhecido como sujeito de direitos e de potencialidades.

Além disso, é importante compreender que as estratégias pedagógicas inclusivas não são práticas isoladas, mas ações integradas que exigem planejamento, sensibilidade e constante reflexão docente. Lucio-Mendoza e Cárdenas-Zea (2024) ressaltam que a inclusão requer uma mudança de mentalidade por parte de toda a comunidade escolar, o que envolve repensar as metodologias de ensino, os critérios de avaliação e as relações interpessoais. Esse processo demanda investimento em formação continuada e no desenvolvimento de competências que permitam ao professor compreender as múltiplas dimensões da diversidade humana.

Dessa forma, as práticas pedagógicas passam a ser entendidas como instrumentos de transformação social, e não apenas como ferramentas técnicas.

A neuroeducação e as novas tecnologias também têm contribuído para o avanço das estratégias inclusivas, oferecendo caminhos inovadores para o ensino e a aprendizagem. De Souza Tavares et al. (2025) afirmam que a sustentabilidade das práticas pedagógicas inclusivas depende da integração entre conhecimento científico, sensibilidade pedagógica e compromisso ético. A escola, enquanto espaço de formação cidadã, deve acolher a diversidade e transformá-la em fonte de aprendizado mútuo, promovendo não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o crescimento humano e social.

Nesse sentido, o professor é chamado a exercer uma postura investigativa e reflexiva, capaz de compreender os desafios da diversidade e transformar a teoria em prática. Para Da Silva (2023), o desafio da práxis inclusiva reside em articular o conhecimento teórico às realidades concretas da sala de aula, adaptando metodologias e avaliando continuamente sua eficácia. Essa prática exige um olhar sensível e crítico sobre as condições estruturais, emocionais e pedagógicas que interferem no processo de ensino-aprendizagem, garantindo que a inclusão seja vivenciada de maneira real e significativa.

As evidências encontradas nas pesquisas analisadas convergem para a importância do compromisso docente com a diversidade, o que requer políticas públicas consistentes e suporte institucional para a formação continuada. Silveira et al. (2023) observam que a consolidação de uma educação inclusiva passa pelo reconhecimento da formação de professores como eixo estratégico de transformação, exigindo das escolas uma reestruturação que contemple a acessibilidade, o uso de metodologias diversificadas e a valorização da cultura da cooperação. Nesse contexto, o ensino passa a ser entendido como um processo dialógico, onde o conhecimento é construído coletivamente e a diversidade é reconhecida como potência educativa.

Dessa forma, as estratégias pedagógicas inclusivas destacadas planejamento diferenciado, uso de recursos diversificados, avaliação formativa, trabalho colaborativo e criação de um ambiente acolhedor não são apenas práticas isoladas, mas expressões de um compromisso ético e político com a equidade. Elas refletem uma visão de educação que vai além da transmissão de conteúdos, centrando-se na formação integral do ser humano e na construção de uma sociedade mais justa e empática. Assim, a adoção dessas estratégias não apenas favorece o aprendizado de alunos com necessidades específicas, mas também enriquece o processo educacional como um todo, ao promover o respeito, a solidariedade e o reconhecimento da diversidade como valor fundamental da vida em comunidade.

Apesar dos avanços teóricos, a prática inclusiva ainda enfrenta desafios, como a falta de preparo docente, carência de recursos pedagógicos e resistência de alguns membros da comunidade escolar. Assim, políticas educacionais e programas de formação continuada são fundamentais para apoiar os professores na implementação de práticas inclusivas e garantir o direito à educação de todos os alunos.

Portanto, a análise das estratégias pedagógicas evidencia que a formação de professores, aliada a práticas reflexivas e contextualizadas, é essencial para construir salas de aula inclusivas, capazes de valorizar a diversidade e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores para a diversidade e a inclusão constitui um eixo essencial para enfrentar os desafios da educação contemporânea. Em um cenário marcado pela pluralidade cultural, social e cognitiva dos estudantes, torna-se indispensável repensar o papel docente e fortalecer sua formação como caminho para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, equitativa e acolhedora. Essa formação não se limita ao domínio técnico ou ao cumprimento de exigências legais,

mas envolve um compromisso ético e humano com o direito de todos à aprendizagem, valorizando a singularidade de cada estudante e reconhecendo as diferenças como fonte de enriquecimento coletivo.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que a inclusão não depende apenas de boa vontade, mas de preparo, sensibilidade e reflexão crítica por parte dos educadores. As práticas pedagógicas inclusivas, quando orientadas pelo diálogo, pela cooperação e pelo respeito às particularidades dos alunos, contribuem para fortalecer os processos de ensino e aprendizagem e para promover o sentimento de pertencimento na comunidade escolar. A formação docente, nesse sentido, precisa ser contínua, dinâmica e contextualizada, possibilitando ao professor refletir sobre sua prática, aprender com as experiências e reconstruir suas estratégias diante das novas demandas educativas.

Promover uma educação inclusiva também exige o envolvimento das instituições e do poder público, garantindo políticas efetivas de valorização e formação permanente dos profissionais da educação, além de condições adequadas de trabalho e acesso a recursos pedagógicos. A escola, ao se reorganizar para acolher a diversidade, torna-se espaço de convivência, de crescimento mútuo e de transformação social. Assim, a inclusão deve ser vista como um processo em constante evolução, que requer investimento, comprometimento e cooperação entre todos os atores do ambiente educativo.

Em conclusão, a formação de professores para a diversidade e inclusão representa muito mais do que um requisito profissional: é um compromisso com a justiça social, a equidade e o desenvolvimento humano. Investir no preparo dos educadores é investir na construção de uma sociedade mais sensível e solidária, capaz de reconhecer as diferenças como riqueza e não como barreira. A verdadeira inclusão começa quando a escola se torna um espaço onde cada aluno é visto, escutado e valorizado, reafirmando a educação como instrumento de emancipação, respeito e esperança para todos.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. **Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?** In: FÁVERO, O. et al. (Org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.
- BORGES, A. **Formação docente e práticas inclusivas na educação básica.** Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260054, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases.** Brasília, Distrito Federal, 1996.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Ministério da Educação. Lei nº 10.172. Brasília, Distrito Federal, 2001.
- CAMPELO, Sandra Mara Carvalho. **Desenvolvimento Docente e Inclusão Social: Uma síntese do contexto histórico da formação docente no Brasil.** Revena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 5, p. 79-89, 2023.
- CARDOSO, M. A.; QUEIROZ, S. L. **As contribuições da neurociência para a educação e a formação de professores: um diálogo necessário.** Cadernos da Pedagogia, v. 12, n. 24, 2019.
- COSTA, V. A. **Formação e Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência.** Niterói, RJ: EDUFF, 2005.
- DA ROCHA MALAGUTI, Paula Fernanda et al. **Educação e neurociência: explorações e implementações no aprendizado.** Revista Tópicos, v. 3, n. 24, p. 1-14, 2025.
- DA SILVA, Adinairde Neves. **Prática pedagógica: desafios de transformar a teoria na práxis inclusiva.** Humanidades e Tecnologia (FINOM), v. 40, n. 1, p. 398-410, 2023.

DE SOUZA TAVARES, Donaldo Rico et al. **Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias para a sustentabilidade no ambiente educacional.** Estudos lat, v. 13, n. 1, p. 36-55, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRES, K. C. P.; COSTA, C. B. S.; ARAÚJO JÚNIOR, E. **A busca pela verdade: uma revisão de literatura sobre as implicações histórico-sociais, conexões matemáticas e a concepção da teoria da árvore.** Iguatu: Quipá, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B. **A neurociência e a educação a distância: um diálogo necessário.** Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 9, n. 19, p. 87-102, 2016.

LEITE, Elaine Alves; BRAZ, Ruth Maria Mariani; PINTO, S. C. C. S. **DUA e tecnologias assistivas como estratégias pedagógicas inclusivas.** Debates em Educação, v. 16, n. 38, p. e15868, 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano.** Educação & Sociedade, v. 33, n. 119, p. 1105-1127, 2012.

LUCIO-MENDOZA, Erika; CÁRDENAS-ZEA, Miriam. **Estrategias pedagógicas para la inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales.** Revista Metropolitana de Ciencias Aplicadas, v. 7, n. S2, p. 122-133, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, R.; FERREIRA, L. **Estratégias pedagógicas inclusivas: formação de professores e diversidade.** Educação em Revista, v. 36, n. 1, p. 45-65, 2020.

PEREIRA, Romário Nunes et al. **Transformações nas metodologias ativas na era digital: analisando desafios, oportunidades e inovações no ensino e aprendizagem.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 10, p. e5732, 2024.

PINHEIRO, Carina Cristiane; OPPELT, Camila Quevedo. **Estratégias pedagógicas para inclusão de alunos com transtornos do espectro autista: uma pesquisa bibliográfica.** Cadernos da FUCAMP, v. 38, 2024.

PONTES, Edel Alexandre Silva. **A práxis do professor de matemática por intermédio dos processos básicos e das dimensões da aprendizagem de Knud Illeris.** Revena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 2, p. 78-88, 2021.

RAIOL, Josivan João Monteiro; DE MORAES NEGRI, Lucas; ORLANDO, Rosimeire Maria. **Formação de professores e pessoa com deficiência: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa.** Revista Cocar, v. 16, n. 34, 2022.

RIBEIRO, Margarida Alexandra Roque Garcia. **Estratégias pedagógicas inclusivas: intervenção com um aluno com necessidades específicas.** 2025.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; VIANA, Silvanete Cristo; DE MOURA, Cleberson Cordeiro. **Metodologias ativas como estratégias pedagógicas para uma educação inclusiva e transformadora.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, p. 09-288, 2024.

SILVA, M. **Inclusão escolar e formação docente: desafios contemporâneos.** Revista Educação & Sociedade, v. 40, n. 146, p. 1011-1030, 2019.

SILVEIRA, Ana Aparecida Tavares et al. **Educação física escolar e estratégias pedagógicas inclusivas: uma revisão integrativa.** Licuri, p. 154-171, 2023.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.